

CIÊNCIA TAPUIA. O MUSEU NACIONAL E AS CIÊNCIAS NO BRASIL OITOCENTISTA

Paulo Vinícius Aprígio
Mestrando HCTE/UFRJ
pauloaprigio@hotmail.com

Poti veio:

— O guerreiro branco pensa; o seio do irmão está aberto para receber seu pensamento.

— Teu irmão pensa que este lugar é melhor do que as margens do Jaguaribe para a taba dos guerreiros de sua raça. Nestas águas as grandes igaras que vêm de longes terras se esconderiam do vento e do mar; daqui elas iriam ao Mearim destruir os brancos **tapuias**, aliados dos tabajaras, inimigos de tua nação.

Iracema – José de Alencar

Em 1865 José de Alencar, em sua obra *Iracema*, definia já com bastante clareza o significado de *tapuia*: *bárbaro, inimigo*. De *taba* – aldeia, e *puir* – fugir: os fugidos da aldeia, nesse caso específico, os *brancos tapuias* representavam os franceses para diferenciá-los dos tupinambás.¹ Independente de sua etimologia os *tapuias*, são sempre o *outro*: o feio, o estranho, o bárbaro. Torna-se o substantivo um adjetivo bastante marcado. Ora, tudo aquilo que venha a ser acompanhado pelo termo *tapuia* pode ser considerado feio, estranho? Sim, caso concluamos que se trata de uma afirmação tomada pela ótica do *outro*, daquele que sente mais profundamente o estranhamento, que insere a margem do *eu* em oposição a todo que não ele.

Tomamos aqui, emprestada, uma lógica que fora colocada pelo historiador João Fragoso² ao definir a *mico-história* que pratica como *tapuia*: se não se coloca tal como aquela, marcadamente italiana como a de Carlo Ginzburg e seus pares, é a outra, e possível, vencendo a estruturação lacunar da documentação que o serve de fonte para suas locuções históricas. Mas, a partir dessa enunciação específica, como atrelar a ciência no Brasil oitocentista à denominação *tapuia*?

Foi presente em larga escala, na historiografia da ciência brasileira, a crença de que durante o século XIX, e décadas iniciais do século passado, a produção de ciência, ou de *ciências* na sua concepção mais plural, é equivalente a um conjunto vazio: sem expressão própria equivalia a

mimeticamente utilizar os modelos mais difundidos no Velho Mundo para expressar, naqueles matizes, resultados sem uma marca autônoma, própria, autoral.

Essa corrente, cujo principal lente é Fernando Azevedo³, caracteriza o advento da Universidade no Brasil (década de 30 do século XX) como marco da institucionalização da ciência brasileira. Antes, o que fora realizado anteriormente, é desprovido de uma lógica científica autoral e significativa, podendo ser caracterizada como uma atuação quase clandestina. Tal caracterização seria intensificada ainda mais pelo passado luso, ou ibérico como um todo, que acentua uma tradição de inaptidão à atividade científica, no qual inexistiria um espírito crítico substancial, uma incapacidade de produção intelectual significativa.

Contudo, está em curso uma larga revisão historiográfica que aponta em outra direção que não aquela apontada por Fernando Azevedo e seus pares. Inúmeros autores⁴ iniciam estudos que colocam o desenvolvimento das ciências no Brasil em períodos anteriores ao marco institucional colocado pelo citado autor. Desvela-se todo um horizonte de possibilidades analíticas que não usam os mesmos limites dantes colocados e que ampliam as nuances de estudo e interpretação da constituição dos alicerces da produção científica nacional.

Assim sendo podemos interpretar a instituição das ciências no Brasil do oitocentos como uma *ciência tapuia*, não por ser bárbara, ou feia, mas por ser a *outra*. Aquela que na ótica analítica anterior foi desqualificada e que agora emerge como espaço a ser interpretado. Nesse sentido tomamos como objeto de análise uma das mais antigas instituições dedicadas às ciências no Brasil, o Museu Nacional.

Criado em 1818, por decreto de D. João VI lavrado pelo Ministro dos Negócios do Reino Thomaz Antonio de Villanova Portugal, o então Museu Real, inauguraria um intento de promoção das ciências naturais no Brasil. Seu acervo seria inicialmente composto pelos espécimes restantes da antiga Casa de História Natural⁵, acrescidos pela preciosa coleção mineralógica de Werner e de um presente especial de D. João VI: uma taça-cofre de prata dourada, ornada na parte superior com escultura em coral que representa a batalha de Constantino. Fato relevante e que deve ser realçado é a participação de Dona Leopoldina, futura Imperatriz do Brasil, primeira esposa de D. Pedro, na criação do então Museu Real.

A Princesa austríaca é tida como uma das principais incentivadoras do desenvolvimento das ciências no período sendo responsável pela intermediação feita com estudiosos no exterior e por trazer expedições científicas para os trópicos.

Nascia o Museu Real com a responsabilidade de promover os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino. Apesar da herança adquirida pela 'Casa dos Pássaros', representa uma ruptura entre a realidade colonial anterior e a situação vigente naquele momento. Ao invés de enviar

para a Metrópole os espécimes mais representativos da flora e fauna brasileiras⁶, desempenhava um papel outro: de ser o próprio centro produtor de conhecimento, intensificando, inclusive, o processo de adesão às ciências modernas. A continuidade entre a Casa de História Natural e o Museu Real é, pois, não de programa ou razão científica, e sim pautada pelo espaço simbólico ocupado, ou mesmo por uma herança material: alguns caixotes com coleções mal tratadas. Não que a Casa cumprisse um papel menor, ou que o Museu então criado tivesse uma qualidade superior. Representavam apenas funções diversas. Como chama a atenção Lopes, a crença vigente acerca da atuação da ‘Casa dos Pássaros’ como incipiente ou malograda (citando o ex-diretor do Museu Nacional João Batista de Lacerda) é errônea. Funcionalidades diferentes implicam em ações e papéis diferenciados.

Em tal contexto o Museu Real é criado para cumprir um papel de museu metropolitano, sendo o espaço destinado ao desenvolvimento das ciências naturais no novo centro político do Império Português. Sua dotação inicial, já fixada a partir de maio de 1819, era de 2:880\$000, sendo a destinada para os gastos com pessoal não superior a 3:800\$000 anuais. A composição do pessoal ficou, portanto, dividida dessa maneira: diretor, porteiro, um ajudante para preparações zoológicas, um escriturário e um escrivão de receita e despesa (LACERDA, 1905, p. 4 -5 e NETTO, 1870, p. 24).

Para a função de primeiro diretor da instituição foi contratado o Fr. José da Costa Azevedo, cargo que acumularia, inicialmente, com a diretoria do Gabinete Mineralógico da Academia Real Militar. Os anos iniciais da nova instituição foram marcados por dificuldades, no que tange principalmente às questões de cunho organizacional, financeira e para efetivar a conquista efetiva dos terrenos da exploração natural, do então Reino, disputado com naturalistas e viajantes atraídos com a ‘abertura dos portos’ em 1808, como chama atenção Regina Dantas (Dantas, 2007, p. 64). Para sua alocação foram adquiridos alguns imóveis que dariam origem ao edifício que ocupou até a década de noventa do século XIX no Campo de Santana, então Campo da Aclamação.

As exposições foram abertas ao público em 24 de outubro de 1821, “às quintas - feiras de cada semana desde as dez da manhã até a uma da tarde não sendo dia santo, a todas as pessoas assim, estrangeiros ou nacionais, que fizerem dignas disso pelos seus conhecimentos e qualidades”⁷. Suas coleções foram gradativamente aumentadas, apesar das dificuldades estruturais já apontadas, visando cumprir seu papel de estudo das ciências naturais do Reino.

No ano seguinte dar-se-ia a ruptura dos antigos enlaces coloniais. Por portaria de José Bonifácio de Andrade e Silva, lavrada de próprio punho, temos que em 25 de novembro de 1822

Manda Sua Majestade o Imperador pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império que o guarda do Museu Real entregue ao Barão de Santo Amaro todos os tucanos que tiverem papos bem amarelos; deixando de ficar somente dois para exemplares; cuja entrega será feita logo, que receber a presente Portaria. Palácio do Rio de Janeiro, em 25 de novembro de 1822. (In CARVALHO, 1977, p. 32)

Os tucanos serviriam para compor a murça utilizada pelo Imperador aclamado em 12 de outubro de 1822 e que seria coroado em 1º de dezembro do mesmo ano. Sofriam já as coleções do Museu seus primeiros desfalques para ocupar definitivamente lugar de destaque no cenário político e científico. Sua nova denominação levaria a marca da nova conjuntura: inicialmente Museu Imperial e Nacional, sendo chamado, já no segundo quartel do século XIX de, somente, Museu Nacional.

Durante o Primeiro Reinado, receberia relativo apoio por parte do Governo Imperial, sendo principalmente perceptível o incentivo ao crescimento das coleções da instituição, afirmando sua caracterização como museu metropolitano, com expressões do conhecimento universal. Apesar de sua constituição e efetivação como instituição científica nacional, o Museu ainda não apresentava uma organização interna própria. Ainda não apresentava em inícios da década de 40 do século XIX, regulamento que o organizasse ou direcionasse sua atuação. Passar-se-iam quatro diretores (Frei José Batista da Costa Azevedo (1818-1822), João de Deus e Mattos (1822-1823), João da Silveira Caldeira (1823-1827), Frei Custódio Alves Serrão (1828-1847) e 22 anos de existência para que recebesse por sua primeira reforma administrativa.

No ano de 1842 foi lavrado o Regulamento nº 1230, de 3 de fevereiro de 1842, dando nova organização e vencimentos ao Museu Nacional e aos seus empregados. Ficava dividido em quatro seções: *Anatomia Comparada e Zoologia*, *Botânica*, *Agricultura e Artes Mecânicas*, *Mineralogia*, *Geologia e Ciências Físicas* e *Numismática e Artes Liberais*, *Arqueologia*, *Usos e Costumes das Nações Modernas*. Cada uma das seções criadas passava a ter um diretor que, dependendo do trabalho necessário e das atividades desempenhadas, poderia ser auxiliado por adjuntos, praticantes e supranumerários. Instituído também foi um Conselho Administrativo que, a partir daí, ficaria responsável pela organização e administração do Museu e era composto pelos diretores de cada seção (LOPES, 1997, p. 85-86).

A segunda, e mais significativa, reforma administrativa, e científica, dar-se-ia durante a administração de Ladislau Neto. Ladislau esteve à frente da administração do Museu entre 1876 e 1893 e durante esse período foram quatro os regulamentos editados que reorganizavam a instituição. O de 1876, o de 1880 e o de 1890, sendo este último aprovado em sua ausência, sob a direção interina de

Amaro Ferreira Armond. O regulamento de 1876 reorganizou o Museu transformando as antigas quatro seções em três: a de *Antropologia, Zoologia Geral e Aplicada, Anatomia Comparada e Paleontologia Animal*, a de *Botânica Geral e Aplicada e Paleontologia Vegetal* e a de *Ciências Físicas: Mineralogia, Geologia e Paleontologia Geral*.

A quarta seção deixava de existir ficando seus trabalhos sob a tutela do próprio diretor que o fazia até que fosse criado um estabelecimento especial para a promoção e estudo da Arqueologia, Etnografia e Numismática. Já o de 1880 organizava novamente as seções em número de quatro, forma que seria mantida nos regulamentos seguintes: a 1ª de *Zoologia, Anatomia e Embriologia Comparada*, a 2ª de *Botânica*, a 3ª de *Mineralogia, Geologia e Paleontologia* e a 4ª, reintegrada às atividades correntes da instituição, *Antropologia, Etnologia e Arqueologia*, como nos mostra Lacerda (LACERDA, 1997, p159-160). A reorientação das atividades do Museu demonstra uma preocupação com a especificação de suas atividades e adequação aos parâmetros científicos mais modernos. O que é perceptível não é somente uma simples substituição nominal, mas uma alteração das funções de cada seção e, inclusive, da própria instituição. Separam-se e agrupam-se áreas do 3º conhecimento que se tornariam modelos concretos de observação da natureza e constituição de uma determinada organização da realidade.

É nesse período que são implementados os cursos públicos e, em 1876, lança-se uma das mais importantes publicações do Museu até os dias atuais, os *Archivos do Museu Nacional*, destinada à divulgação dos estudos institucionais:

Dá-se conta de todas as investigações e trabalhos realizados no estabelecimento, das notícias – nacionais ou estrangeiras que interessão às sciencias de que se ocupa o Museu, do catálogo das collecções mais importantes, dos donativos feitos ao estabelecimento, e dos nomes das pessoas a que seja conferido o título de membro correspondente, título que possuem actualmente muitos dos mais sábios naturalistas da Europa.

Ladislau assumia como meta institucional promover a divulgação das pesquisas realizadas no Museu, assim como atrair e aumentar o interesse e o número de especialistas na área das ciências naturais e antropológicas. De fato, a publicação de um periódico científico organizado a partir da ação desempenhada pela própria instituição conferia à mesma consolidação e prestígio, nacional e internacionalmente. Pela documentação administrativa do Museu no período é possível perceber a importância deste periódico e sua amplitude. Os pedidos de remessa dos *Archivos* eram constantes e nem sempre acompanhavam a possibilidade de produção do mesmo. Mesmo assim, representa a consolidação de um projeto de difusão de conhecimento.

Colocava-se em curso um novo período de concepção de produção científica, de sua divulgação e de sua institucionalização no Brasil do oitocentos. A *ciência tapuia* faria parte de um projeto maior do

Estado Imperial brasileiro que construía uma imagem própria, construía-se uma imagem de nação e nesse constructo simbólico ocupava o Museu Nacional espaço de locução, interlocução e representação desse projeto no que diria respeito à institucionalização científica.

¹ ALENCAR, José de. *Iracema*. 24. ed. São Paulo: Ática, 1991.

² Cf. FRAGOSO, João. *À Espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra* (Rio de Janeiro, c.1600 – c.1750). Tese apresentada no Concurso Público para Professor Titular de Teoria da História da UFRJ. Rio de Janeiro: 2005.

³ Dentre as inúmeras obras do autor, que se destacou como grande nome do pensamento social brasileiro, incluindo aí a dedicação ao estudo das ciências desse país, pode destacar: *A cultura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos – Edusp, 1971 e *As Ciências no Brasil*, São Paulo: Melhoramentos, s.d.

⁴ Inúmeros autores tratam dessa *outra* perspectiva possível, dentre os quais podemos citar: Lorelai Kury Maria Margaret Lopes, Silvia Figueiroa, Regina Cândida Ellero Gualtieri, Carlos Ziller Camenietzki, dentre outros que vêm compondo um campo bastante inovador para se pensar a história da ciência no Brasil.

⁵ Criada em 1784 no Rio de Janeiro, a Casa de História Natural, por atuação do Vice-Rei D. Luiz de Vasconcellos por mais de vinte anos colecionou, armazenou e preparou produtos naturais e adornos indígenas para enviar a Lisboa. Desde o tempo do vice-reinado do Conde da Cunha, continuado pela administração do Marquês do Lavradio tornou-se prática enviar para a Metrópole espécimes naturais do Brasil. Ficaria conhecida popularmente como ‘Casa dos Pássaros’, teve como primeiro responsável Francisco Xavier Cardoso Caldeira, sendo o lugar escolhido para sua localização o Campo da Lampadosa, em frente à Matriz do Sacramento, espaço que hoje seria parte da Avenida Passos.

⁶ Atribuição principal da já citada Casa de História Natural

⁷ BR MN MN.DR, CO.AO.9.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa Dantas. *A Casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional*. Dissertação. Mestrado em Memória Social. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2007.

CARVALHO, José Cândido de Melo. Museu Nacional. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, n. 28, p. 29-68, 1977.

LACERDA, João Baptista de. *Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1997.

NETTO, Ladislau. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1870.